

ACESSO À ÁGUA É DIREITO HUMANO E DEVE SER TRATADO COM PRIORIDADE

Nossa posição sobre o projeto de dessalinização da água do mar no Ceará

Sobre o projeto que prevê a instalação de uma usina de dessalinização da água do mar na Praia do Futuro, em Fortaleza, e os questionamentos por parte das empresas de telecomunicações a esta iniciativa, nos manifestamos:

- O Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Ceará (Sindiagua) tem uma longa trajetória em favor do saneamento público, defendendo o acesso à água potável como um direito humano elementar que deve ser garantido a todos(as) com absoluta prioridade. Seja nas mobilizações contra a privatização do setor de saneamento, nas campanhas de uso consciente da água ou nas críticas públicas que por diversas vezes já fizemos a vários governantes, o Sindicato sempre se posicionou pela defesa do acesso democrático e universal à água e pelo uso responsável dos nossos recursos hídricos.
- Vivemos em um Estado em que 93% dos municípios estão inseridos no semiárido brasileiro que, por suas características, atravessa ciclos intensos de estiagem, afetando diretamente a vida da população que convive de forma recorrente com períodos de desabastecimento de água e com a exploração da “indústria da seca”. Pesquisas científicas sobre o clima e os impactos do aquecimento global apontam que regiões como o Nordeste brasileiro tendem a conviver com processos de desertificação e secas ainda mais agressivos e prolongados, tornando urgente o desenvolvimento de políticas de convivência com o semiárido e projetos que possam diversificar nossas fontes hídricas de abastecimento humano.
- Por mais que possam haver críticas a projetos estruturantes como o da usina de dessalinização, compreendemos que esta iniciativa, especialmente em momentos de crise hídrica, se apresenta como uma alternativa potencialmente capaz de reduzir os impactos das secas em nosso Estado, como a que vimos num passado não muito distante, quando, após um período de seis anos de estiagem, o Castanhão chegou a registrar apenas cerca de 2% de sua capacidade de reserva, em 2018, período em que chegamos próximos a uma situação de colapso no abastecimento.
- Ao que nos consta, o projeto de dessalinização da água do Governo do Estado já atravessou um longo processo público de tramitação legal, tendo obtido anuência de órgãos competentes e passado por audiências públicas. Assim, nos causa estranheza que, somente, neste momento, tenham vindo a público críticas das empresas de telecomunicações sobre possíveis riscos do projeto ao hub de cabos submarinos de fibra óptica localizado na Praia do Futuro. Tais questionamentos, ainda sem a devida clareza e parecer técnico convincente, persistem mesmo após as revisões já feitas no projeto original de dessalinização que aumentaram em 500 metros a distância entre a infraestrutura dos equipamentos da usina e os cabos submersos, justamente a fim de atender normas internacionais e não afetar a segurança dos sistemas de comunicação do País.
- Esta situação nos preocupa, tendo em vista que este imbróglio parece estar colocando em risco investimentos públicos e atrasar ainda mais a concretização da usina de dessalinização que, no nosso entendimento, deve ser tratada com prioridade para reduzir os efeitos das futuras e agressivas estiagens que estão por vir.
- Sabemos da grande importância de se preservar nossos sistemas de telecomunicações, no entanto, estamos tratando de um direito elementar e essencial à vida que deveria mobilizar todos os setores da sociedade e anteceder qualquer outro direito: o acesso à água potável que precisa ser garantido com a máxima prioridade à população.

Diante do exposto, cobramos das autoridades a máxima urgência e transparência na solução deste problema que diz respeito à segurança hídrica, ao abastecimento humano e ao bem-estar do povo cearense e o compromisso de que interesses outros de certas empresas não prevaleçam sobre a necessidade da garantia do acesso à água.